

## Trans-anarquismo: corporeidade transgênera e desestabilização do estado\*

Tranarchism: transgender embodiment and destabilization of the state

Elis L. Herman  
[elis.L.herman@gmail.com](mailto:elis.L.herman@gmail.com)

Tradução por Bruno Latini Pfeil e Cello Latini Pfeil

### RESUMO

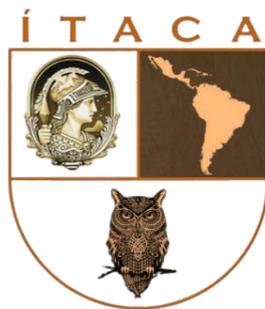
Transgênero, no sentido mais simplista, é um termo guarda-chuva para indivíduos cujas identidades de gênero e/ou expressões de gênero não se enquadram nas normas binárias de identificação de sexo/gênero. Embora alguns anarquistas vivam vidas gênero-transgressoras, e algumas pessoas transgêneras se nomeiem anarquistas, a literatura que relaciona formalmente ambos os modos de ser é escassa. Muito da literatura anarquista existente que discute questões transgêneras tenta determinar se a não-conformidade de gênero, em si, é inerentemente anárquica. O estado dita que o gênero é um meio necessário de categorização para classificar e gerir as pessoas. Os transgressores de gênero, ao minarem uma ferramenta fundamental do estado, devem estar, então, agindo anarquicamente. Defendo, no entanto, que imbuir a identificação trans a significados anárquicos inatos é problemático. Como o próprio anarquismo pode ser manifesto e vivido em uma miríade de formas altamente variantes, ou até mesmo contraditórias, a subversão de gênero atua como uma ferramenta, e não como uma encarnação, da anarquia. Este estudo utiliza enquadramentos *queer*, anarco-feministas e pós-estruturalistas para examinar a transgressão de gênero como um meio de desestabilizar o estado, desafiando a sua dependência de classificações binárias de gênero. Ao compreender como pessoas trans, que frequentemente dialogam com a autoridade do estado como estratégia de sobrevivência e legitimação, possuem o poder de miná-la, o anarquismo pode empoderar e se empoderar pelo movimento de justiça de gênero.

### PALAVRAS-CHAVE

Transgênero; Gênero; Identificação; Legitimação; Movimentos.

---

\* Originalmente publicado em: Contemporary Justice Review, 2015 Vol. 18, No. 1, 76–92, <http://dx.doi.org/10.1080/10282580.2015.1008946>. Nota dos tradutores: originalmente escrito como “tranarchism” por Elis L. Herman. Optamos pelo hífen para que o sentido seja compreensível em português, tal como é transmitido em inglês.



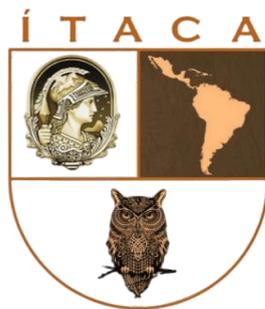
## ANARQUISMO E A QUESTÃO DE GÊNERO

O anarquismo pode ser definido como uma filosofia política de oposição ao estado, ao capitalismo, à hierarquia e desigualdade decorrentes dessas instituições (McKay, 2008). Ademais, o anarquismo também pode ser descrito como uma oposição a todas as formas de opressão e coerção sistemáticas e individuais, que são, em última análise, produtos da dominação estatal e econômica. Ao dismantelar os sistemas de dominação política, econômica e social, os anarquistas buscam alcançar a emancipação da opressão e a ampliação de sua autonomia individual.

O anarquismo, no entanto, não se define somente com base em oposições. Por ser anti-autoritário, o anarquismo atua de acordo com sua crença fundamental de que a sociedade existe para servir, de modo eficiente e equitativo, às necessidades dos indivíduos que a constroem (Walter, 2002). Os ideais de individualidade, associação livre e não coercitiva, ajuda mútua, autogestão e autogoverno são componentes importantes do anarquismo. Por ser anti-dominância, o anarquismo adota o ideal de liberdade; por ser anti-hierarquias, o anarquismo promove a igualdade; e ao se opor à estratificação, o anarquismo promove a cooperação e a solidariedade (McKay, 2008).

## ANARCO-FEMINISMO PIONEIRO

Em virtude de sua oposição à desigualdade, o anarquismo e demais facções radicais de outros movimentos sociais comumente possuem histórias convergentes. Essas inquietações compartilhadas, particularmente em relação às lutas por liberação sexual e de gênero, têm trazido ‘a questão de gênero’ à atenção de anarquistas desde o final do século XIX. Anarco-feministas pioneiras, como Emma Goldman e Voltairine de Cleyre, focaram na dominação masculina sobre as mulheres, ou no patriarcado, tão opressivo como a autoridade de estado (McKay, 2008). Em *Woman Suffrage*, Goldman (1917) argumenta que mulheres não



alcançarão a igualdade através de políticas feitas pelo estado. Pelo contrário, ela enfatiza a importância de mulheres lutando por autonomia, particularmente em relação à sexualidade e à reprodução, contra restrições legais, religiosas e culturais. As perspectivas de anarco-feministas pioneiras, ao rejeitarem movimentos de sufrágio e igualdade econômica em virtude de questões como controle de natalidade e liberdade sexual de mulheres, foram radicais para seu tempo e continuaram a influenciar o feminismo e o anarquismo ao longo dos anos 1970.

Apesar de os anos 1970 serem elogiados como um período de progressismo e radicalismo sexual, diálogos sobre gênero imiscuídos no anarquismo continuaram a ser compreendidos através de pressupostos binários de gênero. O movimento feminista dos anos 1970 promoveu o surgimento de evidentes ações coletivas em torno de questões referentes especificamente a mulheres, ocasionando o crescimento de espaços como os *rape crisis centers*<sup>111</sup> e coletivos de saúde da mulher (Kornegger, 1975). O âmbito anarquista destes ‘movimentos de mulheres’, contudo, era somente esse: uma campanha anarco-feminista para unir mulheres em relação à partilha da mulheridade e feminilidade<sup>112</sup> contra o patriarcado. Embora, na década de 1970, o anarco-feminismo tenha avançado publicamente nas questões das mulheres, tal avanço permaneceu essencialista em sua crítica ao sexismo, e questões transgêneras eram praticamente invisíveis.

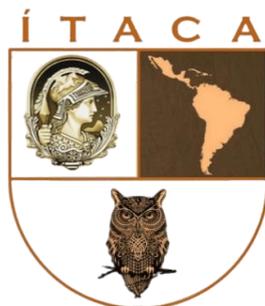
#### A LINGUAGEM DA TRANSGENERIDADE

A fim de compreender a relevância contemporânea da transgressão de gênero para o anarquismo, é necessário definir termos utilizados no discurso trans e, mais importante ainda, discutir processos que afetam vidas trans. Eu o faço,

---

<sup>111</sup> Nota dos tradutores: em tradução literal, “centros de crises de estupro”; seriam centros de acolhimento para vítimas de estupro.

<sup>112</sup> Nota dos tradutores: na versão original, “femaleness”.

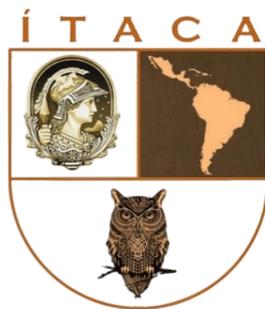


contudo, com o entendimento de que a linguagem por si mesma tem o poder (e o propósito) de legitimar e privilegiar certas existências em detrimento de outras; simultaneamente, essa mesma linguagem ridiculariza todas as transgressões de gênero como estranhas e inferiores em relação ao gênero ‘normal’ (Wilchins, 2004). Utilizando rótulos com o propósito de legitimação política, torna-se fácil esquecer que o gênero por si mesmo não é nem ‘real’ nem inerente, mas sim um produto opressivo do sistema social e político em que vivemos (Wilchins, 1997). Simultaneamente, todavia, a opressão de gênero possui efeitos reais em vidas trans. Aqui, eu utilizo a linguagem comum em discursos trans contemporâneos, mantendo em mente a politização desta linguagem.

Até o mais básico dos termos utilizados para descrever a inconformidade de sexo/gênero contém disputas. A teórica anarquista Wilchins (2004) descreve como o termo ‘transgênero’ evoluiu desde seu uso inicial como distinto de ‘transexual’ para um termo que abrange vários tipos de inconformidades de gênero. Atualmente, o termo transgênero é, em geral, frequentemente utilizado como um termo guarda-chuva que pode contemplar muitas identidades e expressões gênero-variantes. “Transgênero [como um] termo guarda-chuva contempla qualquer indivíduo cuja identidade ultrapasse ou desafie os papéis tradicionais de gênero e expressões de sua sociedade”<sup>113</sup> (Hill & Mays, 2011, pp. 38-39, tradução nossa). Com essa definição mais ampla, mulheres masculinas e homens femininos, *crossdressers*, *drag kings* e *queens*, *genderqueers*, agêneres e pessoas neutras, e homens e mulheres transexuais podem eventualmente se enquadrar na mesma descrição política. As formas como pessoas com estas diferentes identidades experienciam os efeitos da inconformidade de gênero são, contudo, radicalmente diferentes. Para Wilchins (2004), um guarda-chuva inclusivo (porém não exaustivo) poderia ser politicamente estratégico, mas perde seu potencial em detrimento das

---

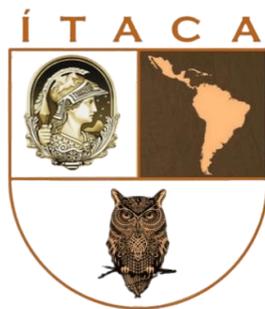
113 Originalmente: “Transgender [as an] umbrella term encompasses any individual whose identity crosses over or challenges their society’s traditional gender roles or expressions’ (Hill & Mays, 2011, pp. 38–39)”



hierarquias e normas que o ativismo trans internalizou. A tensão em nomear está na dupla necessidade do movimento trans em reconhecer e apoiar as variadas manifestações de vidas trans, enquanto também reconhece que a opressão de gênero é interseccional e desigual.

Como 'transgênero' pode abranger um amplo leque de vidas e corporalidades, seria reducionista (e impossível) encarar todas as vidas trans como se percorressem um único caminho que desembocaria no mesmo destino. Para poderem viver de acordo com seu gênero, contudo, muitas pessoas transgêneras têm de interagir com instituições psicomédicas e legais de maneiras específicas, às quais indivíduos não-trans ('cisgêneros') não precisam recorrer. A maioria das pessoas trans opta por realizar terapia de reposição hormonal ('TRH') para feminilizar ou masculinizar seus corpos. Muitas pessoas trans também buscam realizar cirurgias para alinhar suas características físicas com sua identidade de gênero (Grant, Mottet, & Tanis, 2010). De forma a acessar a medicina gênero-afirmativa, pessoas trans comumente se submetem a avaliações psicológicas e se deparam com os indicadores de 'Disforia de Gênero' (American Psychiatric Association, 2013). Pessoas cisgêneras tipicamente vivem suas vidas sem achar necessário questionar ou alterar informações sobre seu gênero em documentos de identificação, como certidões de nascimento, passaportes, e carteiras de motorista. Por outro lado, pessoas trans precisam negociar requerimentos complexos e contraditórios em vários níveis governamentais para adquirir congruência entre a apresentação de gênero e a documentação legal do sexo. E para pessoas 'não-binárias', cujas identidades e expressões de gêneros se encontram fora das duas opções legais, a documentação permanece imutavelmente imprecisa. Essas questões, comuns unicamente para vidas trans, são fundamentais para se compreender a relação do gênero com o estado.

Ao nos envolvermos em discursos politizados para descrever corporificações e experiências trans, é importante questionarmos as pessoas e a

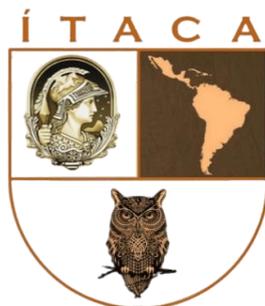


linguagem que utilizam, implícita ou explicitamente, para descrever um arquétipo de experiência transgênera. Como as nuances do gênero são por si mesmas interseccionais, as afirmações de que toda transgressão de gênero é igualmente penalizada e que a transfobia é unidimensional devem ser tratadas com suspeita. Em particular, a crítica anarquista à autoridade deve ser aplicada às experiências transgêneras que são tidas como exemplares ou enaltecidas por sua palatabilidade. Por que certas formas de transgressão possuem permissão de existir, enquanto outras são violentamente esmagadas? É essencial que o anarquismo *queer* analise as instituições que criam e policiam a linguagem e as regulações que afetam vidas trans e criticamente examine os fins alcançados por este controle social.

#### INSURREIÇÃO QUEER INCIPIENTE

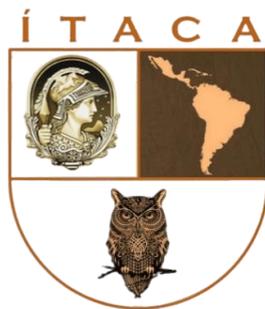
Pessoas gênero-inconformes possuem uma rica história de resistência à opressão do estado. Até mesmo quando o anarco-feminismo estava silencioso em relação a variações de gênero, pessoas *queer* e gênero-inconformes estavam envolvidas em insurreições anti-autoritárias. Recentemente, histórias lésbicas, gays, bissexuais, *queers* e transgêneras (LGBTQ) ganharam legitimação enquanto campos de estudo acadêmico e ativista. Na revisitação da história *queer*, tornou-se evidente que indivíduos gênero-inconformes estiveram no front de ações que a comunidade LGBTQ considera centrais para sua cultura, como a Revolta de Stonewall nos anos 1970 (Nothing, 2013). Embora grupos LGBTQ assimilacionistas rapidamente apontem para a visibilidade de pessoas gênero-inconformes como evidência da diversidade histórica do movimento, em realidade as pessoas trans estiveram frequentemente envolvidas em ações que se opunham drasticamente às agendas políticas de gays e lésbicas.

Silvia Rivera e Marsha P. Johnson, duas pioneiras revolucionárias transgêneras, são comumente lembradas por sua participação na primeira revolta em Stonewall, em 1969. Mas as organizações gays, lésbicas e transgêneras que



incitam essa memória costumam convenientemente desassociar as verdadeiras personalidades pessoais e políticas de Rivera e Johnson de seu envolvimento com o evento iconizado. O comprometimento de Rivera e Johnson com o ativismo era radicalmente anti-assimilacionista, e tais visões eram influenciadas pelos próprios aspectos de suas identidades, as quais eram ridicularizadas e ignoradas por grupos gays e lésbicos brancos, influentes e hegemônicos. Rivera e Johnson eram *queens* pobres e racializadas; dessa forma, elas não eram bem-vindas em organizações gays que trabalhavam para construir imagens de gays e lésbicas como semelhantes às de pessoas heterossexuais. Pelo contrário, Rivera e Johnson formaram seu próprio grupo, chamado *Street Transvestite Action Revolutionaries* (STAR), para atender a pessoas gênero-desviantes *queers* deixadas para trás pelo ativismo hegemônico. STAR e seus membros não se preocupavam em se conformar com a imagem ideal de cidadãos “de bem” gays e lésbicas. Ao invés disso, os membros da STAR eram exatamente o que seu nome indica. A STAR era majoritariamente composta por pessoas gênero-dissidentes<sup>114</sup> pobres e racializadas que haviam passado a maior parte de suas vidas nas ruas. Em vez de trabalharem com o estado para adquirir direitos e reconhecimento, o ativismo da STAR se concentrava em amenizar o fardo da sobrevivência de jovens *queer* e trans, pessoas racializadas e trabalhadores sexuais, cujas necessidades eram ignoradas tanto pelo governo como pelos principais grupos de defesa da causa LGBT. É revelador que a primeira aparição pública da STAR tenha sido em um protesto público contra a brutalidade policial; o trabalho da STAR, tanto na esfera pública como na esfera privada, reconheceu a forma interseccionada como a opressão estatal afeta as vidas trans. Com espírito anárquico, a STAR criou espaços em que as competências e recursos podiam ser compartilhados. Embora não tenham se intitulado anarquistas, Rivera, Johnson e a STAR se valeram, sem dúvida, de táticas anarquistas para capacitar

<sup>114</sup> Nota dos tradutores: na versão original, “gender-variant”, traduzido em sentido literal como “gênero-variante”. Contudo, como o termo “gênero-dissidente” possui propagação considerável nos estudos de gênero brasileiros, optamos por utilizar essa nomenclatura, tendo em vista o sentido empregado.



pessoas gênero-dissidentes a sobreviver a despeito do estado. É devido à transfobia, à supremacia branca e à perseverança das ideologias assimilacionistas que estes atos de insurreição em nome da justiça *queer* e trans são, hoje, apagados (Nothing, 2013).

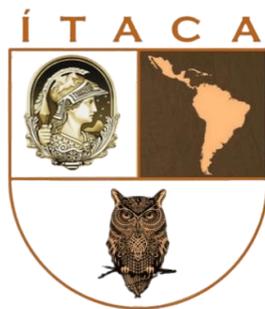
#### ‘TRANS-ANARQUISMO’ CONTEMPORÂNEO

Nas últimas décadas, tanto as discussões acadêmicas como as casuais sobre as intersecções da teoria *queer* e anarquista começaram a abordar a “questão de gênero” como algo significativo para além das definições binárias. Essas propostas do anarquismo *queer* se baseiam fortemente no transfeminismo, no anarco-feminismo e na teoria *queer*. Alguns desses discursos examinam o papel de identidades *queer* e trans em comunidades, espaços e ações anarquistas, ao passo que outros abordam a própria filosofia anarquista por meio de uma lente teórica *queer*. Ambas as abordagens criam paralelos entre ideais *queer* anti-autoritários e radicais em relação a sexo e gênero, chegando a diferentes conclusões sobre o significado do gênero e da transgressão de gênero na anarquia contemporânea.

Alguns escritos ‘trans-anarquistas’ atuais desenvolvem argumentos com base no pressuposto de que a corporeidade transgênera seria, de fato, anárquica. Por exemplo, em “Tyranny of the State and Trans Liberation”, Liesegang (2012) afirma que pessoas trans “[são] radicais e anarquistas, se não insurreccionais, em [suas] corporalidades” (p. 97, tradução nossa)<sup>115</sup>. Pessoas trans, “inerentemente revolucionárias”, têm o potencial de utilizar suas corporeidades questionadoras da binariedade para desafiar as construções de gênero a resistir, em vez de se conformar, à tirania do estado (p. 96). Essa literatura trans-anarquista pensa o gênero como uma construção social, um método arbitrário de categorização praticado pelo estado para garantir seu poder e controle sobre a população. O estado cria e impõe hierarquias e fronteiras sociais como meio de disciplina e

---

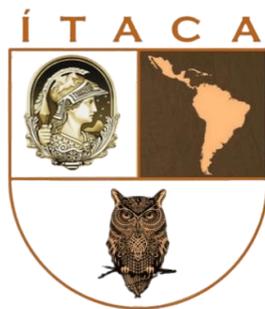
<sup>115</sup> Na versão original: “[are] radical and anarchistic, if not insurrectionary, in [their] embodiment”.



controle. A corporeidade trans, na medida em que desafia os limites binários de aceitabilidade, deve então ser transgressora em si mesma, pois expõe a mutabilidade da “verdade” sancionada pelo Estado. Ao demonstrarem a mobilidade e maleabilidade do gênero, indivíduos trans fragilizam uma estratégia fundamental de categorização utilizada para sustentar o estado opressivo.

A afirmação de que a corporeidade trans possui qualidades inerentemente anárquicas é, contudo, problemática. A questão mais óbvia reside na necessidade de definir transgeneridade – algo que é deliberadamente inespecífico e impreciso, como expressão ou corporeidade que se destina invariavelmente a um único propósito. Será que a trabalhadora sexual não-operada e o astro pornô não-binário mastectomizado possuem o mesmo potencial (ou desejo) de dismantelar o estado? Encarando as intersecções de identidade e opressão, a resposta seria provavelmente negativa. Afirmar que todos os corpos trans possuem um potencial insurrecional inerente atribuído, a indivíduos trans, o ímpeto de servir um propósito revolucionário, sem levar em consideração sua própria segurança, sobrevivência ou preferência. Essa perspectiva coloca a responsabilidade de criticar e desafiar as normas de gênero apenas sobre pessoas trans; os indivíduos cisgêneros estariam, então, isentos da aspiração de mobilizar seus gêneros com propósitos revolucionários. Ao investigar o papel do (trans)gênero no antiautoritarismo, é fundamental lembrar que “anárquico” é um adjetivo, e não um termo equalizador.

Se a transgressão de gênero não ocorre sempre da mesma forma, como poderíamos classificar o potencial anárquico de cada identidade teórica? Embora classificar várias identidades e expressões de gênero possa ser tentador, é, em última análise, redutor e fútil. Tanto o anarquismo como a transgeneridade suscitam uma multiplicidade de interpretações e estilos de vida, e não podem ser descritos com definições únicas. Ao discutirmos um modo de vida marcado pela rejeição de autoridade e hierarquia, classificar o gênero em uma escala de potencial radical passa a ser redundante.

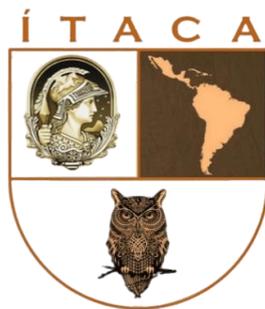


Apesar de alguns escritos “trans-anarquistas” não abordarem estes problemas, as relações entre transgeneridade e anarquia podem ser, e têm sido, concebidas em termos menos essencialistas. A transgressão de gênero pode atuar como uma arma contra a categorização obrigatória e um desestabilizador destes enquadramentos binaristas. No entanto, o ímpeto de desafiar a opressão de gênero não precisa, nem deve, ser atribuído somente a indivíduos que enfrentam maior perigo devido a suas expressões de gênero. O antiautoritarismo e a provocação de gênero têm o potencial de (e, além disso, devem) fortalecer-se mutuamente na luta pela revolução (Carolyn, s. d.; Darity, 2009).

A adoção de uma perspectiva menos essencialista da relação entre (trans)gênero e anarquia se torna uma base para a própria queerização<sup>116</sup> da anarquia. É claro que não existe um único método ou meio de “queerização”. Há um escritor anarquista que propõe uma anarquia queerizada não apenas na ação, mas em seus princípios fundamentais. Em “Anarchy without Opposition”, Heckert (2012) questiona o anarquismo como uma filosofia fundamentada em oposições. A oposicionalidade implica binarismo, que é uma ferramenta de opressão. Para que o anarquismo centrado na justiça evite dar significados a identidades e hierarquias criadas e mantidas sob o interesse da opressão, a ideia de oposição deve ser abandonada. Heckert analisa a emancipação como um fim alcançado não através da equalização e legitimação de todas as identidades, mas através da interrogação da identidade e das fronteiras sociais como sendo concebidas e mantidas pelo ser humano. Uma concepção queerizada da anarquia e da oposição torna redundantes os argumentos sobre quem deveria personificar determinadas políticas e corporeidades. As dicotomias são, em si, imaginárias, embora os efeitos da

---

<sup>116</sup> Com queerização da anarquia, podemos compreender o processo de inserção, no movimento anarquista, de questões de gênero, como direitos de pessoas LGBTQIAPN+, acesso à saúde de pessoas trans e intersexo, afetividades não heteronormativas, corporalidades não cis-endonormativas. Em suma, traz-se à tona uma contraposição ao caráter cishetero-endonormativo da anarquia, ao não mais limitá-la a pessoas cisgêneras, heterossexuais e endossexo.

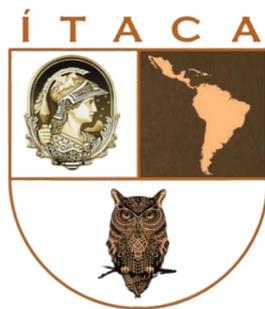


percepção de separação criada pela hierarquia sejam a raiz da dominação (Heckert, 2012).

Ao compreender o anarquismo como algo que, assim como a transgeneridade, não pode (e não deve) ser definido unilateralmente, a questão inicial do potencial anárquico das identidades trans torna-se irrelevante. Tal como a transgeneridade existe tanto através de relações hierárquicas como de visões radicais sobre como tudo poderia ser, o mesmo ocorre com a anarquia. O anarquismo detém poder em sua posição de oposição a estruturas já ‘existentes’, as quais são legitimadas por meio de crença e adesão. O anarquismo, no entanto, apresenta um poder ainda maior em sua capacidade de conceituar modos alternativos de existência que não dependam de uma oposição ao *status quo*. Analisar o anarquismo queerizado requer questionar os significados tanto de transgeneridade como de anarquismo. Um enquadramento pós-estruturalista pode ser útil, se não essencial, para descentralizar o discurso transgênero das armadilhas em conferir legitimidade ou ilegitimidade às identidades. Juntamente com a teoria anarquista, uma crítica pós-estruturalista permite compreender como as identidades são construídas e codificadas enquanto legítimas ou verdadeiras no contexto da sociedade e do estado. O anarquismo queerizado, em sua habilidade de conceber horizontes para além de oposições binárias, tem a capacidade de desestabilizar o estado ao dismantelar as estruturas sociais hierárquicas que garantem exclusão, hierarquia e desigualdade. Analisando e compreendendo os singulares modos com que identidades *queer* e transgressivas promovem intensa vigilância e policiamento social e político, o anarquismo pode expor e apontar para os principais pontos de fraqueza do estado.

## O ESTADO E VIGILÂNCIA

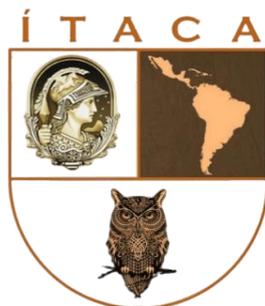
A vigilância e a categorização de indivíduos e grupos são fundamentais para o funcionamento do estado enquanto entidade que classifica, monitora e gere a



população. As agências governamentais, as organizações sem fins lucrativos, hospitais, escolas e bancos registram, mantêm e comparam dados sobre a pertença dos cidadãos a determinadas categorias (Spade, 2011). Agências administrativas utilizam tais classificações para tomar decisões relativas à distribuição de serviços e intervenções específicas, mediante a elaboração e interpretação das classificações sobre quem estaria ou não apto a receber estes serviços. Esses modelos de separação e avaliação dos grupos em “interno/externo” são necessários para que o estado exista enquanto árbitro e protetor (Spade, 2011).

Do nascimento até a morte, nos é entregue (ou aos nossos responsáveis legais) uma papelada e espera-se que assinalemos determinados marcadores para definir nossas identidades. Em cada formulário que preenchemos, é de se esperar uma repetição das perguntas que nos são feitas. A autocategorização é previsível e consistente e, desde tenra idade, conhecemos as respostas ‘corretas’ para nos descrevermos. Nos identificamos ao respondermos às mesmas perguntas estereotipadas para participar de atividades cotidianas (tomar uma vacina contra a gripe, responder a um inquérito), e para ter acesso a serviços e locais que ditam e afetam as oportunidades de vida (concorrer a vagas na faculdade, ser preso). Uma vez que o processo de autoclassificação se repete impassivelmente milhares de vezes ao longo de nossas vidas, raramente pensamos duas vezes sobre a razão pela qual nos são requeridos certos pormenores, e não outros. Por que o gênero é um indicador identitário mais importante do que, por exemplo, o tamanho do sapato? Certos modos de classificação são considerados naturais e neutros, ao passo que outros não têm importância ou são ridículos. Muitas vezes, os indivíduos não têm motivos para questionar a relevância dos marcadores que assinalam, até que sejam atormentados pela incapacidade de se classificarem (Spade, 2011).

É importante questionar a percepção dos modos convencionais de classificação enquanto neutros, naturais e incontestáveis. Ao compreendermos o papel do estado como protetor e prestador de serviços às populações vulneráveis,

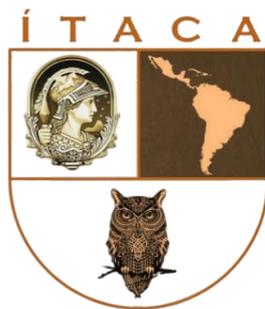


torna-se simples concluir que os padrões universalizados de categorização dos indivíduos possuem um valor intrínseco, e que esses valores necessariamente refletem a capacidade conjunta de funcionamento dos grupos na sociedade enquanto tal. As categorias através das quais as instituições organizam a sociedade, todavia, não foram criadas em resposta à existente estratificação. Pelo contrário, a diferença e a desigualdade concentraram-se e organizaram-se em torno destas categorias outrora arbitrárias (Spade, 2011). Estes modos de categorização, que gerem e controlam as condições de vida, permitem ao estado atuar como responsável tanto dos corpos individuais como da reprodução populacional.

#### DISCIPLINA DO CORPO, VIGILÂNCIA DA POPULAÇÃO

Vários dos elementos considerados relevantes como categorias de classificação (raça, nacionalidade, sexo/gênero, data de nascimento (idade), (d)eficiência) são vistos como se se fizessem presentes ou fossem evidentes por meio de ações ou do funcionamento do corpo físico. O corpo é uma tela sobre a qual são exibidos significados culturais e políticos. Ao classificar os indivíduos com base nas condições do corpo, o estado pode exercer disciplina, domínio e controle sobre os corpos, regulando, assim, a população. Esse duplo poder sobre a vida tanto dos corpos como da população é fundamental para o funcionamento do estado e do capitalismo (Foucault, 1977, 1978).

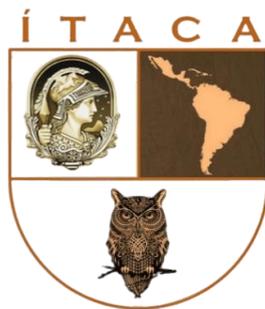
Ao se aplicar as teorias foucaultianas de controle da vida através do corpo, é importante compreender como Foucault define o poder. Foucault (1978) afirma que o poder é constantemente produzido em um conjunto de trocas móveis e instáveis; ou seja, o poder não é uma força que se detém, partilha ou perde unilateralmente. Embora o estado utilize indubitavelmente o poder para exercer autoridade sobre uma população, Foucault não acredita que o estado seja a encarnação final do poder. Pelo contrário, o estado e suas táticas legislativas e



punitivistas representam a institucionalização de estratégias particulares de poder. As críticas ao estado o posicionam frequentemente como uma instituição que exerce o poder através de dominação e repressão; Foucault, contudo, oferece uma teoria contrária: o poder não é uma força exterior, nem se exprime através de uma dominação de cima para baixo. Pelo contrário, o poder funciona em todas as relações, e todas as relações estão sempre dentro de uma matriz de trocas de poder em constante movimento. São essas trocas de poder a nível micro que, em sua convergência coletiva, acabam por criar a dominação hegemônica. Os indivíduos que experimentam a subjugação também não carecem de poder; para Foucault, o silêncio não é um estado de impotência, mas sim uma outra forma através da qual o poder se exprime (Foucault, 1978).

Foucault também tem bastante a dizer sobre o propósito da resistência no contexto do poder. A resistência não existe como uma força externa e contrária ao poder. Pelo contrário, a resistência atua dentro do poder e é, não obstante, necessária para seu funcionamento. Para Foucault (1978), a resistência, que é dinâmica e esporádica, torna a mudança possível. Essa concepção pós-estruturalista do poder como onipresente, dinâmico e manifesto através de uma rede infinita de interações é útil para compreendermos os corpos trans como eixos de inúmeras trocas de poder. Os corpos trans geram uma intensa vigilância e disciplina por parte do estado e de suas instituições burocráticas. Ao mesmo tempo, os corpos trans exercem contínua e ativamente o poder através da resistência.

Os métodos estatais para se exercer controle sobre corpos e populações mudaram com o desenvolvimento do capitalismo moderno. Desde a Antiguidade até recentemente, o estado exerce seu poder hegemônico determinando se as pessoas vivem ou morrem. Em sociedades feudais, os soberanos detinham o poder de se apoderar das terras, dos recursos, dos corpos e das vidas dos governados. Durante este período, a fome e a doença eram espectros constantes e a ameaça de morte era onipresente. No entanto, a partir do século XVIII, o desenvolvimento



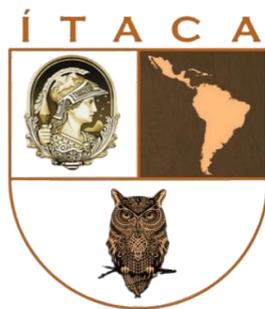
econômico começou a alterar o papel que a morte desempenhava na vida dos indivíduos. As novas tecnologias elevaram a eficiência e a produção agrícolas, proporcionando aos trabalhadores mais tempo de lazer e saúde melhorada. Como a morte se tornou menos iminente e a vida mais estável, o estado foi obrigado a adaptar seus métodos de exercício do poder. Simplesmente matar as pessoas deixou de ser um método de controle adequado e justificável; a capacidade de os indivíduos viverem e realizarem um determinado potencial passou a ser reconhecida como um “direito”. Assim, tornou-se necessário que o estado exercesse poder sobre as vidas por meio da regulação e da correção, em vez de arbitrar a morte. O advento das estatísticas<sup>117</sup> (nota-se a presença de “estado” nessa palavra) permitiu, ao estado, cada vez mais burocrático, medir a população e, além disso, decidir como administrar seus recursos (Foucault, 1978).

O poder é exercido de múltiplas formas para controlar duplamente tanto os corpos vivos (como máquinas produtivas) e a população (através da regulação da reprodução); simultaneamente, os próprios corpos possuem poder produtivo. Foucault (1978) utiliza o termo ‘biopoder’ para descrever essas mudanças. A transição do papel do estado de precursor da morte para administrador da vida se reflete nas formas como o biopoder permite o controle físico e organizacional de corpos e populações. Em “Vigiar e Punir”, Foucault (1977) descreve a evolução dos mecanismos modernos de disciplina e gestão. A questão-chave da definição foucaultiana de controle é a transformação de espaços físicos e metafóricos em locais de vigilância e análise. Para que a disciplina seja implementada, o espaço deve ser “dividido em uma quantidade de seções equivalente à quantidade de corpos”<sup>118</sup> (1977, p. 143, tradução nossa). Essa divisão pode ser feita fisicamente,

---

<sup>117</sup> Nota dos tradutores: na versão original, a palavra é “statistics”, referente a estatísticas. O comentário posterior, identificando a presença do estado na referida palavra, se dá pela similitude entre “statistics” (estatísticas) e “state” (estado). Apesar da diferença entre estas palavras em português, em inglês elas são bem semelhantes.

<sup>118</sup> Na versão original: “divided into as many sections as there are bodies”.

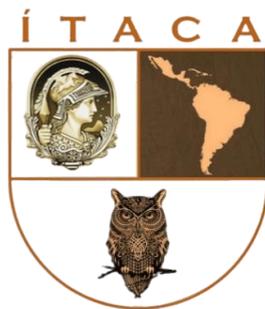


por exemplo, através de celas e camas em uma prisão. No entanto, Foucault sublinha que esse tipo de confinamento tangível não é necessário, nem eficiente, para a disciplina. Em termos abstratos, o ‘espaço’ pode também se referir ao posicionamento em uma sociedade. Para que o Estado possa exercer disciplina sobre as populações, cada corpo tem de ser individualizado e relegado a seu próprio ‘espaço’ identificável (através da atribuição do *Social Security Number*<sup>119</sup>, por exemplo), ao mesmo tempo em que é caracterizado e rotulado em relação a fronteiras de inclusão/exclusão (como assinalar os marcadores Homem/Mulher em formulários). A excludente rotulação de corpos individualizados serve como uma forma de gerenciar a movimentação e o comportamento desviante, no sentido de criar grupos produtivos e eficientes (Foucault, 1977).

Assim, o mecanismo de disciplina visa, através do biopoder, vigiar e controlar os corpos indisciplinados em vias de criar populações adequadamente reprodutivas. Para que o poder possa disciplinar e controlar, tem de ser exercido constantemente de modos que alinhem visibilidade e ocultação (Foucault, 1978). Foucault (1977) invoca a imagem do panóptico para demonstrar a dualidade da visibilidade/invisibilidade no contexto do controle e da disciplina. Do lado de fora do panóptico, há uma circunferência de celas; no meio, está uma torre alta, na qual se senta um observador poderoso. Os reclusos dentro das celas estão constantemente conscientes da torre de observação no centro. A torre, no entanto, não está necessariamente sempre ocupada. O poder supremo da configuração panóptica está na dualidade da própria torre: o poder é visível, mas não verificável. Os reclusos no círculo circundante são, então, forçados a agir como se estivessem sempre a ser vigiados, porque nunca podem verificar a presença ou ausência do observador (Foucault, 1977). Este modelo panóptico de observação é ilustrativo do funcionamento do estado-nação vigilante. Embora todos os integrantes da

---

<sup>119</sup> Nota dos tradutores: o *Social Security Number* [Número de Identificação Social, em tradução livre] é um número de identificação individual estadunidense, semelhante do CPF ou ao RG no Brasil.



sociedade estejam sujeitos ao escrutínio do estado-nação, aqueles que o experimentam de forma mais aguda são aqueles classificados de modo mais ambíguo ou suspeito, como corpos indisciplinados. Devido ao seu potencial perigoso de desencadear dinâmicas de resistência nas matrizes de poder, o estado, através da vigilância, tem de conter as populações dissidentes e transitórias. Pessoas trans estão particularmente sujeitas a esse escrutínio, porque perturbam um instrumento fundamental de poder utilizado para regular e controlar corpos e populações, a sexualidade. Se a sexualidade é, de fato, como afirma Foucault (1978), “um ponto especialmente denso de transferência das relações de poder”<sup>120</sup> (p. 103, tradução nossa), então os corpos sexuados são os condutores dessas trocas eletrificadas. O desdobramento da sexualidade opera por fora da lei, impregnando, assim, os corpos e dando sentido às suas sensações (Foucault, 1978). Como se poderia assegurar uma produção legível da sexualidade quando o próprio corpo sexuado é ilegível? Por perturbarem o desdobramento da sexualidade, os corpos que transgridem as normas de sexo e gênero criam pontos de resistência dentro do poder hegemônico, na medida que se movem pelo mundo. A essa resistência não é imbuído um significado necessariamente insurrecional (como diz Foucault, não há especificamente uma “alma da revolta”<sup>121</sup> [1978, p. 96, tradução nossa]), mas suas manifestações têm o potencial de fragmentar e remodelar o poder hegemônico. Se a resistência exercida por corpos gênero-dissidentes pode se reproduzir para se infiltrar nas redes de relações de poder, a mesma tem o potencial de incitar à revolução.

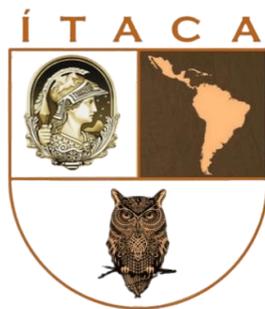
### PESSOAS TRANS E A VIGILÂNCIA DO CORPO

A vigilância sobre corpos trans têm sua intensidade e complexidade agravadas devido à sua ocorrência em interseções de marginalização legal, médica

---

<sup>120</sup> Na versão original: “an especially dense transfer point for relations of power”.

<sup>121</sup> Na versão original: “soul of revolt”.



e social. Ao passarem pela transição social e médica, pessoas trans têm de atravessar continuamente as fronteiras da exposição/ocultação e visibilidade/invisibilidade. Pessoas trans lidam com o estado para conseguirem a correção e validação oficiais de sua identidade de gênero nos documentos; simultaneamente, porém, pessoas trans são forçadas a negociar com o estado, a lei e a medicina com medo e desconfiança, pois seus corpos confundem as noções binárias construídas sobre sexo/gênero que mantêm o poder institucional.

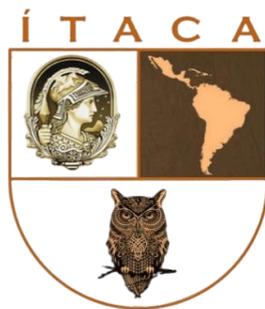
#### SEXUANDO A MEDICINA, BARRANDO O GÊNERO

Desde a primeira ultrassonografia que determina o sexo até o momento em que é assinada a certidão de nascimento de um recém-nascido, o sexo atribuído (e, implicitamente, o gênero) é reconhecido como um aspecto crítico da vida social. A designação do sexo como ‘masculino’ ou ‘feminino’ é realizada com o pressuposto de que todo sexo se manifesta natural e absolutamente dentro de uma de suas definidas categorias. O sexo, contudo, não é natural nem absoluto, e não está isento de influências sociais e culturais. De acordo com Lorber (1993), a generificação dos corpos não é, como geralmente se pensa, uma resposta à existência incontestável de dois sexos biológicos. Pelo contrário, o sexo em si é formulado como uma dicotomia biológica que permite a socialização em alguma das duas categorias de gênero. O processo binário de socialização “constitui corpos sociais de modo a serem diferentes e desiguais”<sup>122</sup> (p. 568, tradução nossa).

Embora a categorização do sexo se baseie ostensivamente em princípios biológicos neutros, apolíticos e imutáveis, a familiar sexuação binária dos corpos é frequentemente atormentada por ambiguidades e contradições. A atribuição binária do sexo pode ser comprometida por certas divergências no desenvolvimento hormonal, gonadal e/ou genital (divergências comumente

---

<sup>122</sup> Na versão original: “constructs social bodies to be different and unequal”.

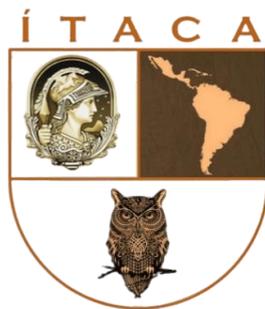


designadas como “condições intersexo”), que problematizam a identificação de categorias como monoliticamente indicativas de um ou outro sexo (Kessler, 1990). Os métodos adotados por instituições médicas para atender bebês que nascem perturbando as categorias sexuais de masculinidade e feminilidade e as atitudes dos médicos responsáveis pelas decisões sobre as crianças intersexo ilustram a importância social da construção do sexo em termos binários. No caso de intersexos, seria essencial decidir prontamente o ‘verdadeiro’ sexo de uma criança. Se isso não for feito, poderia resultar em uma emergência psicossocial e a criança ficaria irreversivelmente traumatizada (Kessler, 1990).

A resposta médica à ambiguidade sexual no nascimento ilustra nitidamente a importância da construção do sexo, tanto a nível social como cirúrgico, para encarnar de forma legível e indiscutível um de dois polos. Em última instância, a única prova do sucesso ou insucesso dos médicos na atribuição do sexo de um bebê é o fato de julgarem se a identidade e a expressão de gênero do indivíduo são coerentes com as expectativas normativas do sexo escolhido.

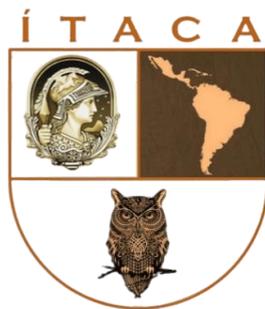
O sexo é generificado, e o gênero é sexuado. Espera-se de e educa-se a indivíduos designados como mulheres ao nascimento que apresentem seu gênero de uma forma feminina, amadurecendo de meninas para mulheres. Espera-se de e educa-se a indivíduos designados como homens ao nascimento que sejam meninos e homens masculinos. Aqueles que se identificam e se comportam fora destas ideias-padrão de fêmea/feminina/mulher e macho/masculino/homem encaram afrontas a nível social, médico e legal. A manutenção de um sistema binário de classificação do sexo e do gênero, apesar da existência de ambiguidades, é um método de controle social do sexo e do gênero.

Como esse sistema binário é implementado com tamanha rigidez, pessoas trans têm de buscar perpetuamente por autorização e legitimação de instituições médicas e jurídicas para poderem viver como bem entenderem. Embora as questões políticas de transexuais sejam frequentemente agrupadas com as de pessoas



lésbicas, gays e bissexuais, há uma diferença acentuada entre as experiências de vigilância enfrentadas pelas minorias sexuais e pelos transgressores do gênero. Gays, lésbicas e bissexuais raramente são forçados a dialogar com instituições psicomédicas como meio de autenticar e legitimar suas identidades (Kelly, 2012). Pessoas trans iniciam frequentemente o processo de atualização do corpo e de seu gênero de identificação, se engajando em negociações com instituições psicomédicas. Quando entram na arena psicomédica, um indivíduo trans começa por revelar o seu *status* de transgênero. No entanto, a revelação da identificação transgênera não é tão fácil como simplesmente ‘sair do armário’. Para ser levado a sério como transgênero em interações psicomédicas, um indivíduo tem normalmente de apresentar uma narrativa particular de identificação trans. Essa narrativa é de exclusão; tem de ilustrar a incapacidade do indivíduo de existir ‘normalmente’ como resultado de uma disforia de gênero persistente e duradoura. Se essa narrativa não está de acordo com um arquétipo particular da experiência trans, o indivíduo provavelmente terá seu acesso a procedimentos médicos de afirmação de gênero interrompido (Spade, 2003).

Quando uma pessoa trans em busca de intervenção médica estabelece a sua legitimidade ‘suficientemente trans’ de acordo com os critérios diagnósticos da disforia de gênero, essa pessoa pode buscar a afirmação de gênero por meios hormonais e/ou cirúrgicos. Embora se exija a revelação e a visibilidade enquanto trans para se poder acessar tais meios, o objetivo final da intervenção médica institucionalizada é permitir que as pessoas trans tenham seu gênero reconhecido por pessoas não trans. No entanto, este acesso a procedimentos hormonais e cirúrgicos de mudança de sexo/alinhamento de gênero depende essencialmente do capital financeiro e cultural que o indivíduo possui. Muitas pessoas trans jamais buscam por intervenções médicas, seja por opção, seja por barreiras de acesso (National Transgender Discrimination Survey and Report, 2010).



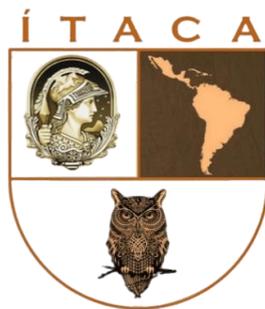
## CRUZAMENTO DE FRONTEIRAS SÓCIO-CULTURAIS

Pessoas trans perturbam a binária generificação do sexo por meio de contínuas e deliberadas experiências de cruzar fronteiras. As fronteiras culturais, que separam explícita e implicitamente os grupos sociais pela delimitação de normas, valores e comportamentos, servem para criar e ampliar as hierarquias sociais. De acordo com Kelly (2012), o cruzamento de fronteira ocorre “em qualquer instância em que a identidade de alguém esteja disposta para inspeção, questionamento, e determinação grupal ou por autoridade legal”<sup>123</sup> (p. 103, tradução nossa). As fronteiras culturais são mantidas e reguladas tanto a nível institucional como interpessoal. Algumas fronteiras são altamente policiadas e os infratores enfrentam penalizações severas (por exemplo, relações sexuais entre adultos e crianças). Outros cruzamentos de fronteira são regulados com menos intensidade, tais como as relações entre gerentes e funcionários de uma mercearia gerida cooperativamente. A regulamentação das fronteiras e a severidade das punições por seu cruzamento são determinadas a depender se o cruzamento da fronteira em questão representa uma ameaça para as hierarquias sociais. Os transgressores de gênero não conseguem se enquadrar de forma consistente em alguma categoria basilar de identificação corporal, pois atravessam fronteiras e perturbam as expectativas culturais de identificação de gênero. Devido a essa existência em zonas fronteiriças do binário de gênero, o corpo transgênero é escrutinado como indisciplinado, instável e transitório (Kelly, 2012).

Em certos lugares, as fronteiras de gênero tornam-se campos de conflito e violência para indivíduos que não se conformam. Algumas das travessias mais intensamente vigiadas ocorrem naquilo que Kelly (2012) nomeia “fronteiras de classificação sexual”. Aqui, as pessoas transgêneras têm de negociar uma fronteira cultural monitorada por algum indivíduo que possui autoridade institucional;

---

<sup>123</sup> Na versão original: “at any instance when one’s identity is open to inspection, questioning, and determination either by in-group members or by a legal authority”.



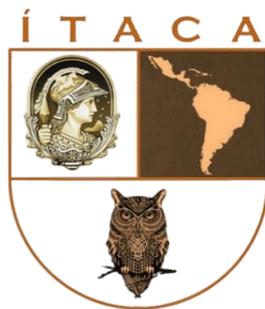
frequentemente, embora nem sempre, essa travessia de fronteira ocorre na interseção entre fronteiras físicas e abstratas (como na circulação entre países). Nestes pontos, as percepções de indivíduos em posição de autoridade sobre os indicadores culturais da normatividade de gênero são utilizadas para determinar se o poder institucional será invocado para punir um indivíduo cujo gênero não ‘passa’ na inspeção fronteiriça.

#### SEXO (I)LEGAL

Pessoas transgêneras comumente encaram longos processos de negociação judicial com múltiplas burocracias no intuito de obter documentações que acuradamente, consistentemente reflitam seu gênero vivenciado. Requerimentos para mudança do gênero em certidões de nascimento e carteiras de motorista variam drasticamente de estado a estado<sup>124</sup>. Alguns estados requerem cirurgia genital (que é obtida por uma pequena porção da população transgênera, em geral) para que se modifique o marcador de gênero na carteira de motorista. Alguns estados se recusam completamente a alterar certidões de nascimento, ou substituem o marcador de gênero na certidão de nascimento de uma pessoa trans por um espaço em branco, em vez de incluírem o marcador que reflete corretamente seu vivenciado gênero (Beuchamp, 2009; Spade, 2003). Devido a tais diferenças e ambiguidades na alteração dos diferentes marcadores sexuais oficiais em diferentes instâncias, é comum que pessoas trans possuam vários documentos de identidade contraditórios ou totalmente incorretos. 41% das pessoas transgêneras que vivem de acordo com um gênero diferente daquele que lhes foi atribuído ao nascimento não possuem um documento de identificação estatal que reflita esse gênero (Grant et al., 2011). Essa inconsistência de identidade leva a um maior escrutínio de

---

<sup>124</sup> Nota dos tradutores: vale ressaltar que, nos Estados Unidos, cada estado possui sua legislação própria, de modo que os direitos e os acessos de pessoas trans residentes em estados diferentes podem variar significativamente. Tal autonomia de cada estado é uma particularidade estadunidense, que não se reflete, por exemplo, na realidade brasileira.



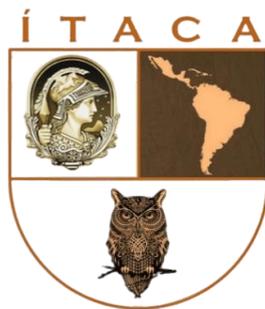
peças transgêneras nos cruzamentos de fronteiras, tais como em relação a viagens, empregabilidade, moradia e solicitações de assistência social estatal e federal.

Na última década, o *Social Security Administration* [Administração de Seguridade Social, em tradução livre] e o *Department of Homeland Security* [Departamento de Segurança Nacional, em tradução livre] começaram a intensificar os seus esforços em confrontar trabalhadores indocumentados, a fim de identificar potenciais ameaças à segurança. No passado, a comparação de documentos oficiais de diferentes organizações governamentais era pouco comum, sendo realizada somente durante investigações específicas. Após o 11 de setembro, contudo, tornou-se rotina que o governo efetuasse comparações de registros. Essa nova insistência na dupla e tripla verificações da congruência de registros em vínculos empregatícios afeta as pessoas trans, que possuem frequentemente vários documentos oficiais nos quais constam sexos, nomes ou histórias contraditórias. Quando as investigações federais detectam discrepâncias nas comparações de documentos oficiais, a *Social Security Administration* pode enviar cartas “nomatch”<sup>125</sup>, informando os patrões de que um trabalhador pode estar indocumentado. Isso coloca as pessoas trans em situações em que são forçadas a revelar suas histórias de transgeneridade, correndo o risco de serem demitidas (Beauchamp, 2009).

Em uma era pós-11 de setembro, em que a segurança e a vigilância estatais se intensificaram sob o impulso de identificar e impedir ameaças terroristas, a incongruência de identificação é vista não só como inconveniência, mas como uma possível ameaça à segurança nacional. Os efeitos da identificação de cidadãos com *status* de identificação incongruente (e, implicitamente, de corpos perigosos) não se manifestam de forma mais intensa e drástica do que nos aeroportos. Para as

---

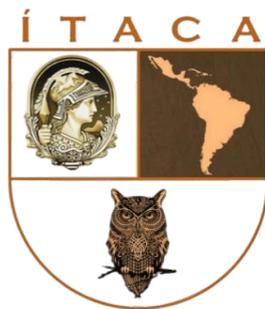
<sup>125</sup> Nota dos tradutores: a tradução para este termo seria “sem correspondência”, ou “incongruência”, referindo-se à incompatibilidade entre as documentações de pessoas trans. Por exemplo, quando um documento de registro geral antigo não se mostra compatível com um documento requalificado, sugerindo erroneamente que a pessoa trans cometeu fraude.



pessoas transgêneras, viajar de avião exige uma negociação meticulosa entre a revelação e a ocultação, a fim de evitar serem apontadas como uma ameaça à segurança em virtude de habitarem um corpo anormalmente sexuado e inconsistentemente documentado. O *National Center for Transgender Equality* (2013) [Centro Nacional por Igualdade Trans, em tradução livre] aconselha pessoas trans a portarem consigo cartas que comprovem a demanda por especialidades de saúde relativas à transexualidade, ou a preencherem um documento declaratório (usado para atestar deficiência ou condição médica) para evitar dificuldades nos aeroportos. Essa ideia de revelação estratégica (em contraste com a ocultação, muitas vezes referida como ‘passar despercebido’) ecoa a afirmação neutralizadora de que, se não se tem nada a esconder, não é preciso ser confrontado com suspeitas. No entanto, a revelação estratégica é uma armadilha: ao assumir-se como tendo um corpo anormal, em vez de tentar ‘passar despercebido’, a pessoa torna-se mais vulnerável à vigilância, detenção e perfilação. Quando corpos trans são considerados ‘suspeitos’ por outros meios, tais como raciais ou capacitistas, um maior escrutínio, mesmo tendo em mente uma política estratégica, pode não ser de todo desejável (Beauchamp, 2009).

### **TRANS-ANARQUISMO: RESISTÊNCIA AO ESTADO E PRÁXIS QUEER**

É evidente que a corporeidade transgressiva de gênero incita atos de vigilância, escrutínio e policiamento por parte do estado e de suas instituições. Ao questionar a natureza dessa vigilância, podemos expor os campos que fazem com que o estado se sinta mais ameaçado. Quanto mais violentamente uma fronteira é escrutinada, mais socialmente ameaçadora pode ser considerada sua travessia (Kelly, 2012). A transgressão de gênero, estigmatizada como perturbação mental e punida através de interrogatórios em aeroportos, demissão de empregos sem que haja qualquer chance de recorrer legalmente, e até mesmo de violência física

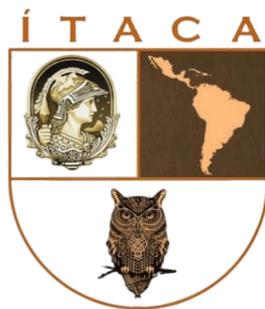


ignorada pelas autoridades, é nitidamente uma fronteira cultural mantida com violência. Os cruzamentos dessa fronteira constituem uma ameaça ao estado, uma vez que desafiam e confundem os modos de classificação que permitem a disciplina e o controle dos corpos. As vidas trans também exercem a pressão da resistência dentro das matrizes de poder, e os anarquistas podem e devem aprender com tal resistência para criar uma práxis da justiça social.

#### TRANS-ANARQUISMO COMO RESISTÊNCIA AO ESTADO

Pessoas trans, com suas documentações contraditórias e seus corpos que desafiam a binariedade, resistem à noção construída pelo estado de que possuir e viver uma identidade única, estática e facilmente categorizável individualiza cada cidadão. Ao longo de suas vidas, pessoas trans navegam constantemente sobre fronteiras em que a escolha entre a ocultação e a revelação está em jogo. Não há, contudo, na era pós-moderna uma transição que não deixe vestígio em papel. Uma vez que este vestígio não pode ser escondido ou apagado, fica o registro de que as categorias criadas enquanto binárias e estáticas podem, com esforço, ser alteradas. A existência de diferentes normativas para a obtenção de documentação entre setores governamentais permite que haja inúmeras e incompatíveis histórias para um mesmo indivíduo transgênero, de modo a perturbar a fachada organizada e eficiente do governo.

Retornando à ilustração foucaultiana do panóptico como meio primordial de controle e disciplina, podemos observar como as múltiplas e transitórias identidades criadas pela corporeidade trans originam fissuras na dicotomia aparentemente impenetrável da visibilidade/invisibilidade. Para que o aprisionamento ocorra, os dispositivos de divisão espacial que individualizam as massas têm de ter poder. Os corpos trans minam a escala de classificação taxonômica sexo/gênero de inúmeras formas, a maioria das quais apenas tenuemente controlada pelo governo. Por exemplo, uma mulher trans pode

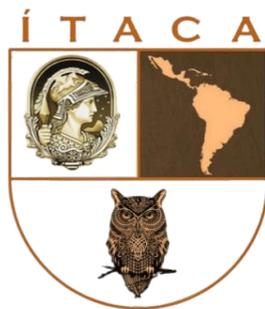


apresentar-se consistentemente como uma mulher devido a hormônios que alteram o corpo, obtidos no mercado comum. O complexo industrial psicomédico não tem registro do uso de substâncias controladas por parte deste indivíduo, nem possui provas de que lhe tenha sido diagnosticada a disforia de gênero (ou, até recentemente, o ‘transtorno de identidade de gênero’). Além disso, suponhamos que a certidão de nascimento e a carteira de motorista desta mulher continuem marcadas com o símbolo do sexo que lhe foi atribuído, masculino. Esta mulher, em particular, move-se pelo mundo de uma forma que expõe as vastas ambiguidades presentes naquilo que parece ser uma documentação nitidamente ‘masculina’, ao mesmo tempo em que mina as suposições administrativas feitas quando da verificação de uma ‘mulher’.

O que o estado faz com aqueles cujos corpos e vidas desafiam a ideia de binário de gênero em si? O que acontece com os transgressores de gênero que se esforçam para ‘passar’ no sexo que lhes foi atribuído, de modo a transitar em espaços em que há um controle governamental rigidamente imposto, tais como aeroportos, mas que voltam a cair na perigosa ambiguidade quando lhes é permitido passar para o outro lado? Ao expor a inconsistência e a permeabilidade da vigilância estatal, os corpos trans minam o mecanismo da ‘visibilidade não verificável’ nos cruzamentos de fronteira. Embora o estado nos queira fazer crer que a autoridade que exerce é monolítica e impenetrável, acaba sendo, pelo contrário, uma entidade formada por várias distintas estruturas. É nesta fragmentação que o estado se torna vulnerável ao potencial revolucionário da resistência não-conformista de gênero.

#### TRANS-ANARQUISMO COMO PRÁXIS PARA A JUSTIÇA

Discursos sobre o anarquismo somente são proveitosos quando propõem uma práxis para materializar o mundo de nossos sonhos. Ao discutirmos as possibilidades do anarquismo queerizado, podemos analisar de duas formas nosso

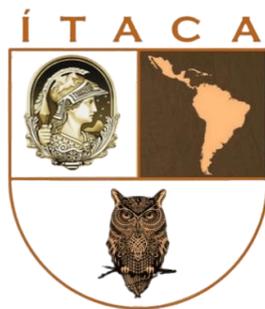


aprendizado com as vidas trans. Em primeiro lugar, como coloquei acima, as experiências dos indivíduos trans em atravessar fronteiras podem expor a atuação do estado enquanto um conjunto não fixo de poderosas forças, mais do que uma manifestação monolítica de poder. Esta perspectiva revela a importância do gênero como expressão do biopoder do estado e demonstra como a transgressão do gênero gera resistência. Além disso, a compreensão das singularidades das vidas trans pode e deve moldar a forma como praticamos a anarquia. Desde os tempos de Emma Goldman, o anarquismo se desenvolveu como uma teoria de oposição a toda opressão sistemática, e não apenas aos poderes ostensivos do capitalismo e do estado. Para que o anarquismo tenha esperança na justiça social, deve continuar a se expandir priorizando e centralizando as necessidades, experiências e perspectivas de pessoas marginalizadas em sua práxis.

Nas palavras de Audre Lorde, “as ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande”<sup>126</sup> (1984, p. 112). Essas palavras de revolução deveriam ser centrais para o modo como os anarquistas desenvolvem e ‘exercem’ a práxis. O ‘dominador’, ou a complexa teia de poder hegemônico criada pelas interações simbióticas entre capitalismo e estado, usa estratégias de dominação para assegurar a obediência da população. Embora o poder se expresse por inúmeras e variadas relações, torna-se institucionalizado e hegemônico nas formas de racismo, capacitismo, classicismo, etnocentrismo, sexismo, heterossexismo (e homofobia), cissexismo (e transfobia) e outros modos de opressão. Estes são os instrumentos do estado. Quando nos envolvemos em discursos e implementamos práticas que não trabalham explicitamente para dismantelar todas (e não apenas algumas) destas opressões em suas interseções, continuamos a utilizar as ferramentas do dominador na tentativa de destruir o conceito de dominação. Para que o anarquismo verdadeiramente compreenda em si a promessa de justiça, deve rejeitar os discursos enraizados na dominação.

---

<sup>126</sup> Na versão original: “The master’s tools will never dismantle the master’s house”.

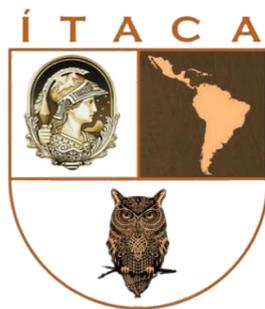


As questões que afetam pessoas gênero-dissidentes devem ser centrais, e não periféricas, na concepção da práxis anarquista. Isso significa criticar os princípios de nossos anarquismos e observar as maneiras como podem, também, excluir e apagar as vidas trans. O anarco-primitivismo, por exemplo, promove a desindustrialização e defende o regresso à subsistência dos caçadores-coletores (Anonymous, 2005). Mas em uma sociedade não-civilizada<sup>127</sup>, o que acontece às pessoas com doenças crônicas ou deficiências que dependem das tecnologias modernas para sobreviver? Além disso, como o primitivismo poderia servir às necessidades de pessoas trans que precisam de hormônios e cirurgias para viverem vidas com conforto e autodeterminação? Para além de fazermos perguntas difíceis sobre nossas teorias, devemos, também, analisar e adaptar nossas práxis. Ao emprendermos certos tipos de ação direta, presume-se que ativistas podem ser presos. A participação de um indivíduo na ação pode até ser validada e celebrada por conta de sua detenção. Mas o que acontece com os anarquistas transgêneros, para os quais o encarceramento representa riscos particulares de violência de gênero? Quando são presos, os anarquistas não-trans podem garantir acomodações na prisão que sejam apropriadas para seus gêneros vivenciados; o mesmo não ocorre com pessoas trans. Temos de questionar as formas como definimos a legitimidade e validação da participação em ações anarquistas, para que nossas ações não alienem aqueles que sofrem mais severamente nas mãos do estado.

A garantia de sobrevivência é fundamental para a ideia de anarquia como meio de justiça. Os anarquistas e esquerdistas *queer* radicais criticam comumente as prioridades das principais organizações LGBT, considerando-as equivocadas. Isto manifesta-se fortemente em campanhas pela legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Alguns *queer* radicais sentem que lutar pela legitimidade da instituição matrimonial estatalmente legitimada é, na melhor das hipóteses, assimilacionista e, na pior, destoante de questões mais sérias de sobrevivência. Há

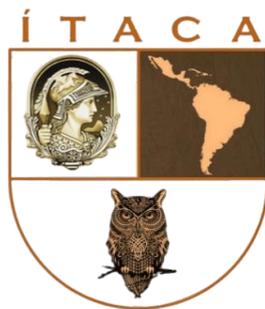
---

<sup>127</sup> Nota dos tradutores: no texto original, o autor usou a palavra “un-civilized”.



legitimidade neste sentimento, é claro: novamente, recordamos que as ferramentas do dominador não podem destruir sua morada. Mas o casamento traz consigo mais do que um peso simbólico e privilégios. Algumas proteções disponíveis através do casamento podem ser fundamentais para a sobrevivência. A possibilidade de compartilhar o plano de saúde do cônjuge, por exemplo, pode permitir que um doente crônico receba os cuidados médicos de que necessita. Embora nos oponhamos à máquina burocrática do estado, temos de compreender que o trabalho realizado no âmbito dos sistemas existentes pode servir para garantir que as necessidades imediatas de sobrevivência sejam satisfeitas. Isso não significa que nós próprios tenhamos de contribuir para campanhas assimilacionistas de ‘igualdade’; devemos, contudo, reconhecer que a sobrevivência assume muitas formas. Enquanto outros trabalham dentro do sistema para garantir melhores chances de sobrevivência, nós, anarquistas, devemos empenhar os nossos próprios esforços para destruir o poder hegemônico do estado.

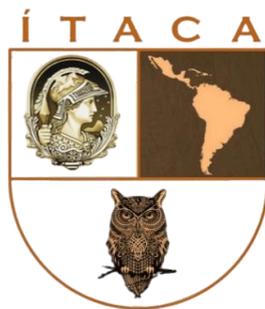
Questões trans são, por natureza, interseccionais, e nossa práxis também deve ser. O *2011 National Transgender Discriminatory Survey* [Questionário Nacional de Discriminação Trans de 2011, em tradução livre] (que contém estatísticas que causam, ao estado, pouco clamor administrativo) revela informações esclarecedoras sobre a situação das vidas trans. Vemos que pessoas trans têm uma chance significativamente maior que pessoas cisgêneras de estarem abaixo do limiar da pobreza, e são altamente suscetíveis ao desemprego e à vulnerabilidade social. Dezesseis por cento das pessoas trans declaram trabalhar em atividades informais, tais como o trabalho sexual, para sobreviver. Pessoas dissidentes de gênero têm quatro vezes mais chance de serem infectadas com HIV. Além disso, pessoas trans têm mais chances de sofrer problemas de saúde mental e/ou deficiências do que as pessoas cisgêneras. Devido à desigualdade de acesso a cuidados de saúde apropriados e adequados, pessoas trans têm uma maior probabilidade de apresentar problemas de saúde. Em todas essas áreas, as disparidades são significativamente mais graves para pessoas trans racializadas,



em particular as afro-americanas (Grant et al., 2011). A dissidência de gênero é uma das muitas maneiras pelas quais indivíduos se deparam com vulnerabilidade às mãos do estado e do capitalismo; essa vulnerabilidade é agravada nas interseções da marginalização.

Assim, percebemos que questões trans não podem ser circunscritas a seu próprio âmbito. Quando discutimos questões de classe, necessariamente discutimos questões trans, porque os corpos trans não são menos instrumentos de produção de trabalho do que todos os outros corpos. Ademais, o estado capitalista atribui menos valor e considera mais descartáveis os corpos das pessoas trans (particularmente das pessoas trans com deficiência e das pessoas trans racializadas) do que os corpos não-trans. Os direitos dos trabalhadores do sexo são direitos trans, porque pessoas trans constituem uma parte importante da indústria e sofrem algumas das violências mais graves (Daring, 2012). Ao nos organizarmos com trabalhadores sexuais, é fundamental garantir que nossa linguagem e nossos espaços incluam sua multiplicidade de identidades de gênero e sexuais. Ao utilizarmos a abordagem de redução de dados em ações de prevenção ao HIV, temos de estar atentos às necessidades específicas das pessoas trans. Em nosso discurso de oposição à brutalidade policial, não devemos nos esquecer de que as pessoas trans, especialmente mulheres trans racializadas, são vítimas de uma violência policial particularmente aguda. Tal como o trabalho da STAR, nossa práxis deve ser sempre interseccional.

Devemos também, contudo, compreender que, em todos esses campos, há fortes convergências de identidades pessoais e políticas. Não devemos esperar que todas as pessoas trans queiram fazer parte de nosso anarquismo, mas nossa práxis deve centrar-se em suas necessidades, de todo modo. É ilógico esperar que pessoas trans se coloquem em perigo por um ativismo que não fez nada para provar o seu empenho em liquidar a transfobia. Devemos recordar a afirmação de Foucault de que o silêncio não indica a falta de poder; pelo contrário, o silêncio é mais uma



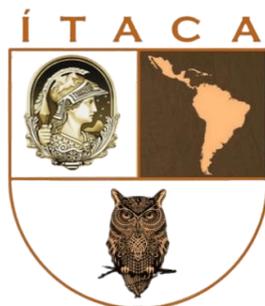
forma que o poder pode assumir em suas muitas facetas (1978). É o silêncio que garante a sobrevivência das populações mais marginalizadas, e há sempre resiliência e resistência na sobrevivência. Os anarquistas não-trans devem organizar-se ao lado de pessoas trans, e em torno de questões que estas afirmem ser vitais para seu empoderamento e emancipação. Embora os anarquistas estejam indubitavelmente empenhados em nossa insurreição contra o capitalismo e o estado, temos também de reconhecer que a sobrevivência é a principal prioridade para as pessoas trans, cujas vidas são ignoradas, desvalorizadas e liquidadas de forma arbitrária.

## CONCLUSÃO

O anarquismo é uma ideologia que se opõe a toda forma de autoridade institucional. Em vez de defender a igualdade dentro das hierarquias, o anarquismo procura eliminar completamente o poder atribuído ao *establishment*<sup>128</sup> hierárquico. Tentar determinar o potencial anárquico de diferentes corpos transgêneros mostra-se irrelevante, uma vez que o poder e a resistência não possuem qualidades próprias. Em vez disso, ao desconstruir a operação do biopoder e analisar como os corpos dissidentes de gênero perturbam o controle e a disciplina fomentados pela classificação e pela hierarquia, podemos expor as ambiguidades do próprio estado. O poder do estado é deliberado, político e, acima de tudo, mantido através de nossa adesão. Ao dar poder a muitas formas de resistência, o anarquismo pode transcender a oposição e construir visões de justiça, liberdade e igualdade. É fundamental considerar as vidas e experiências trans no desenvolvimento da práxis para alcançar essa justiça.

---

128 Nota dos tradutores: conceito que se refere a “grupo social dominante”, “organização”, “ordenamento”, ou seja, o que está *estabelecido*, instituído como dominante dentro do cenário hierárquico contra o qual se opõe o anarquismo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-IV-TR (5th ed.)*. Arlington, VA: Author.

Anonymous. (2005). What is anarcho-primitivism? Retrieved from <http://theanarchistlibrary.org/library/anonymous-what-is-anarcho-primitivism>

Beauchamp, T. (2009). Artful concealment and strategic visibility: Transgender bodies and U.S. state surveillance after 9/11. *Surveillance & Society*, 6, 356–366.

Carolyn. (n.d.). Politicizing gender: Moving toward revolutionary gender politics. Retrieved from <http://www.spunk.org/library/pubs/lr/sp001714/gender.html>

Daring, C. B. (2012). Queering our analysis of sex work. In C. B. Daring, J. Rogue, D. Shannon, & A. Volcano (Eds.), *Queering anarchism: Addressing and undressing power and desire* (pp. 185–194). Oakland, CA: AK Press.

Darity, S. (2009). Gender is a weapon: Coercion, domination, and self-determination. Retrieved from <http://theanarchistlibrary.org/library/sally-darity-gender-is-a-weapon-coercion-domination-and-self-determination>

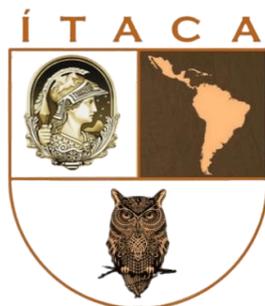
Foucault, M. (1977). *Discipline and punish: The birth of the prison*. New York, NY: Vintage.

Foucault, M. (1978). *History of sexuality: An introduction*. New York, NY: Vintage.

Goldman, E. (1917). *Woman suffrage. Anarchism and other essays*. Retrieved from <http://xroads.virginia.edu/~hyper/goldman/front.html>

Grant, J. M., Mottet, L. A., & Tanis, J. (2010). *National transgender discrimination survey report on health and health care*. Washington, DC: National Center for Transgender Equality and the National Gay and Lesbian Task Force. Retrieved from [http://transequality.org/PDFs/NTDSReportonHealth\\_final.pdf](http://transequality.org/PDFs/NTDSReportonHealth_final.pdf)

Grant, J. M., Mottet, L. A., Tanis, J., Harrison, J., Jody, L. H., & Keisling, M. (2011). *Injustice at every turn: A report of the national transgender discrimination survey, executive summary*. Washington, DC: National Center for Transgender Equality and the National Gay and Lesbian Task Force. Retrieved from [http://www.thetaskforce.org/downloads/reports/reports/ntds\\_summary.pdf](http://www.thetaskforce.org/downloads/reports/reports/ntds_summary.pdf)



Heckert, J. (2012). Anarchy without opposition. In C. B. Daring, J. Rogue, D. Shannon, & A. Volcano (Eds.), *Queering anarchism: Addressing and undressing power and desire* (pp. 63–75). Oakland, CA: AK Press.

Hill, M. R., & Mays, J. (2011). The transgender umbrella. In *The gender book* (pp. 38–39). Retrieved from [http://issuu.com/thegenderbook/docs/the\\_gender\\_book?e=0](http://issuu.com/thegenderbook/docs/the_gender_book?e=0)

Kelly, R. C. (2012). *Borders that matter: Trans identity management* (UMI Dissertation Publishing (UMI 3524062)). Retrieved from <http://gradworks.umi.com/3524062.pdf>

Kessler, S. J. (1990). The medical construction of gender: Case management of intersexed infants. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 16, 3–26.

Kornegger, P. (1975). *Anarchism: The feminist connection*. London: Black Bear.

Liesegang, J. (2012). Tyranny of the state and trans liberation. In C. B. Daring, J. Rogue, D. Shannon, & A. Volcano (Eds.), *Queering anarchism: Addressing and undressing power and desire* (pp. 87–99). Oakland, CA: AK Press.

Lorber, J. (1993). Believing is seeing: Biology as ideology. *Gender and Society*, 7, 568–581.

Lorde, A. (1984). The master's tools will never dismantle the master's house. *Sister outsider: Essays and speeches* (pp. 110–114). Berkeley, CA: Crossing Press.

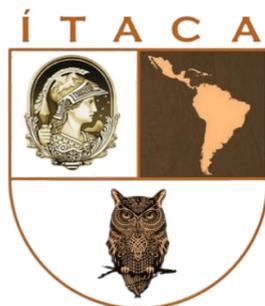
McKay, I. (2008). *An anarchist FAQ* (Vol. 1). Oakland, CA: AK Press.

National Center for Transgender Equality. (2013). *Know your rights: Airport security and transgender people*. Retrieved from [http://www.transequality.org/Resources/AirportSecurity\\_November2013.pdf](http://www.transequality.org/Resources/AirportSecurity_November2013.pdf)

Nothing, E. (2013). Queens against society. In *Street transvestite action revolutionaries: Survival, revolt, and queer antagonist struggle* (pp. 3–11). Untorelli Press.

Spade, D. (2003). Resisting medicine, re/modeling gender. *Berkeley Women's Law Journal*, 18, 15–37.

Spade, D. (2011). *Normal life: Administrative violence, critical trans politics, and the limits of law*. Brooklyn: South End Press.



Walter, N. (2002). About anarchism. London: Freedom Press.

Wilchins, R. (2004). Queer theory, gender theory. Los Angeles, CA: Alyson Books.

Wilchins, R. A. (1997). Read my lips: Sexual subversion and the end of gender. Ithaca, NY: Firebrand Books.